

A INSERÇÃO LABORAL DO ADOLESCENTE: ALGUNS OLHARES SOBRE TRABALHO E IDENTIDADE.

Fabricia Rodrigues Amorim
Amorim, Fabricia
Universidade Federal do Espírito Santo
fabricia_a@hotmail.com

O presente trabalho objetiva refletir sobre uma experiência profissional relativa à inserção do adolescente no mercado de trabalho por meio de uma política pública, conhecida como Programa Jovem Aprendiz, e o impacto dessa política na vida do jovem participante. O Programa Governamental Jovem Aprendiz, definido pela Lei 10.097/00, prevê que o adolescente entre quatorze e vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, estará submetido a um contrato de trabalho, que lhe garantirá formação técnico-profissional que permitam o seu desenvolvimento, nos aspectos físico, cognitivo, moral e sócio-emocional. A articulação entre trabalho, identidade e adolescência se faz necessária porque é, geralmente, nesta fase que começam a surgir os questionamentos a respeito da escolha profissional e dos projetos de vida do jovem. A inserção laboral do adolescente traz impactos expressivos na vida destes indivíduos, porém, não necessariamente é uma garantia de uma qualificação adequada para o mercado de trabalho, e muito menos como um fator que garanta uma futura mobilidade socioeconômica. A questão dos efeitos do trabalho adolescente sobre o desenvolvimento e na construção da identidade é bastante complexa e multifacetada. Conclui-se que o impacto positivo, ou negativo do trabalho, será determinado pelas variáveis que atuam neste contexto laboral, e na vivência que os adolescentes fazem deste trabalho, fazendo-se necessária a avaliação contínua e a elaboração de trabalhos que explicitem esta relação adolescência versus trabalho.

Palavras-chave: adolescência, jovem, trabalho, identidade, política pública

INTRODUÇÃO

No presente trabalho serão descritos conceitos relativos ao adolescente e sua relação com o atual mercado de trabalho. Dentro desse contexto, a problematização do trabalho adolescente se faz necessária, pois, geralmente, mas não restritamente, está associada com a pobreza, a desigualdade e à exclusão social existente tanto no Brasil quanto em outros países do mundo.

Há, no nosso país, mesmo que com diferenças regionais, uma cultura de valorização do trabalho com o objetivo de retirar as crianças e os adolescentes da ociosidade e da possível delinquência. Existem, ainda, fatores vinculados às tradições familiares de organização econômica, em que os objetivos primordiais são o aprendizado de algum ofício e o auxílio na mão-de-obra familiar.

Na legislação brasileira há um conjunto de medidas que vem regulamentando as condições da inserção dos adolescentes no mundo do trabalho, entre as quais se destacam a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), lei federal de 1990, e a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) que define uma política pública do governo, a saber, o Programa Jovem Aprendiz. Essas medidas asseguram à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição Federal, procurando defendê-los da exploração e permitindo a entrada no mercado de trabalho a partir dos 16 anos. A Lei da Aprendizagem, instituída em 2000, complementa o ECA, assegurando que adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos podem exercer atividade produtiva em horário determinado, com continuidade dos estudos e também com todas as garantias trabalhistas e previdenciárias dos demais trabalhadores empregados (tais como férias, aviso prévio, 13º salário, FGTS, etc), desde que recebam capacitação específica para essa atividade. OBINO (2000)

Portanto, o Programa Jovem Aprendiz é uma política pública, lançada pelo governo brasileiro e tem como objetivo oferecer ao jovem uma formação técnico-profissional por meio da vivência prática dentro da empresa, atuando como mecanismo de construção da identidade desses jovens, e propondo a redução do abismo entre o mundo corporativo e a realidade de grande parte dos brasileiros. Faz-se necessário avaliar se esta política pública tem sido eficaz, ou se tem servido para corroborar para uma das contradições do sistema capitalista, ou seja, a qualificação profissional vinculada à falta de oportunidades de trabalho.

ADOLESCÊNCIA E CONCEITOS: ALGUNS OLHARES

Até o início do século XX, o conhecimento a respeito do desenvolvimento humano era pouco sistematizado (Oliveira e Egry, 1997). Entretanto, após este período, vários estudos foram feitos com o objetivo de compreender e de construir teorias sobre o desenvolvimento humano, inclusive acerca do período da adolescência. Vários foram os aspectos desse desenvolvimento foram abordados, como, o físico, o emocional, o cognitivo e o social.

Os períodos da infância e adolescência, tal como descrevemos hoje, são características das sociedades modernas e industrializadas, tendo surgido como concepção, no final do século XIX e início do século XX, conforme demonstrado por Ariès (1981), que discorreu a respeito do surgimento gradual da consciência de que a criança é um ser distinto do adulto.

Ariès (1981) demonstrou o processo de construção desse olhar sobre a infância a partir de análises de elementos iconográficos. Seu objeto de estudo foi basicamente a criança e a família na França Medieval. A característica marcante desse período, percebido por este autor, está no fato de que as crianças estão associadas no mundo dos adultos. Percebe-se então que isso se difere da situação encontrada no século XVII, em que, ao se delimitar a participação das crianças no "mundo dos adultos", separa-se o espaço infantil do espaço destinado aos adultos.

A palavra adolescência é derivada do latim *adolescere* que significa crescer ou crescer até a maturidade. Muuss (1976) enfatizou a adolescência como um período de transição em que o indivíduo vive uma situação marginal, na qual novos ajustamentos devem ser feitos entre o comportamento de criança e o comportamento do adulto.

De acordo com Gallatin (1978) as pesquisas sobre adolescência desenvolvidas ao longo do século XX nas sociedades ocidentais demonstram um padrão normatizante em relação às características dos adolescentes, enquadrados como reflexos de um período na vida que traz uma série de turbulências e instabilidade emocional ligadas ao desenvolvimento sexual destes adolescentes.

Stanley Hall foi um dos primeiros estudiosos a sistematizar os conhecimentos sobre adolescência, segundo MUSS (1976). Porém, Hall caracterizou o período da adolescência como uma época de tempestade e de angústia devido à oscilação entre as contradições deste período, deixando pouco espaço para as influências sociais na construção do indivíduo. Portanto, o estereótipo de uma adolescência conturbada e de um adolescente rebelde, estabelecido inicialmente por Hall, ainda permeia a sociedade.

Concordamos com Bossa (1999) e Cárdenas (2000) que defendem a adolescência como uma interfase própria da maturação do desenvolvimento humano, e tal como uma fase, é complexa e merece cuidado e uma reflexão crítica. Cárdenas afirma que:

“o sensacionalismo presente em certos meios de comunicação generaliza toda a população adolescente, de traços inferidos a partir de certos fatos chamativos de algumas minorias, tais como a exagerada importância atribuída a manifestações superficiais de inconformismo, criando-se estereótipos sobre a tempestade adolescente. Estes podem levar a tornarem-se turbulentos muitos sujeitos, pelo único motivo das expectativas: por ser o que se espera do

adolescente e o que se prognostica que vai ser. Assim como em outros âmbitos, a imagem e a expectativa sociais de um fato de conduta influem, por sua vez, na incitação e desenvolvimento do mesmo: é a profecia que se autocumpre.” (CÁRDENAS, 2000, p. 22)

Segundo Martins e Trindade (2003), as pesquisas da Antropologia Social foram conhecimentos produzidos responsáveis por modificar essa concepção da adolescência, ao mostrar que essa fase do desenvolvimento humano não é universal e nem necessariamente conturbada. Dessa forma, a adolescência deve ser, então, pensada como:

“um período e um processo psicossociológico de transição entre a infância e a idade adulta e que depende das circunstâncias sociais e históricas para a formação do sujeito”. (Martins & Trindade, 2003, p. 556).

Assim sendo, os pressupostos universais a respeito da adolescência precisam ser questionados, pois, torna-se necessário olhar os jovens a partir do momento cultural, social, econômico e histórico em que eles estão inseridos. Entender os jovens enquanto sujeitos e construtores de sua própria história é possibilitar um olhar que permitir enxergar a variabilidade destes sujeitos, e, portanto, a heterogeneidade.

TRABALHO, IDENTIDADE E ADOLESCÊNCIA

A história nos mostra que a atividade transformou-se em atividade-trabalho e passou a ocupar grande parte da existência dos homens, determinando seu modo de vida, e no plano psicológico, traçando modos de pensamento, sentimento e ação, contribuindo para a formação da identidade dos sujeitos. A sua força na construção da identidade do homem produtivo é de tal ordem que em contextos de desemprego, de doença ou acidente ocorre um tipo de desorganização identitária, decorrente da impossibilidade de se sustentar, e mais complexo que isso, sustentar a família. (NARDI, 1998)

No processo de desenvolvimento adolescente a construção da identidade tem sido um dos temas mais abordados pelos estudiosos, visto que a mudança do *status* de criança para o de adulto pode levar o jovem a se deparar com questões, como por exemplo, não se é mais criança, porém, também, não se é adulto o suficiente para várias coisas.

As identidades sociais destes sujeitos podem ser entendidas a partir de sua vinculação com as relações intergrupais. Segundo Tajfel (1983) a identidade social de um indivíduo é definida como:

... o conhecimento que ele tem de que pertence a determinados grupos sociais, juntamente com o significado emocional e de valor que ele atribui a essa pertença só podem ser definidos através dos efeitos das categorizações sociais que dividem o meio social de um indivíduo no seu próprio grupo e em outros (TAJFEL, 1983, p. 294).

A atuação profissional pode ser relacionada com a identidade ocupacional construída pelos adolescentes, pois, o jovem está na etapa de novas escolhas, procurando respostas sobre sua escolha profissional e para seus projetos futuros.

Segundo Gomes (1990) ao entrarem no mercado de trabalho, geralmente, estes jovens enfrentam empregos com baixa qualificação, remuneração, jornadas extensas, e outras condições que refletem precarização e a exploração da mão-de-obra juvenil, e esta tem sido a realidade vivenciada por muitos jovens inseridos no Programa Jovem Aprendiz.

Campos (2001) aponta para a relação entre interesse do capitalismo e a ideologia presente na valorização do trabalho adolescente:

...a compreensão da articulação entre criança, trabalho e controle social deve ter claro o caráter de classe do trabalho e a certeza de que aos interesses dos capitalistas opõem-se aos dos trabalhadores. Na medida em que se opera no

seio da sociedade uma divisão entre trabalho manual e intelectual, de modo que a classes diferentes destina-se tipo também diferente de trabalho, parece certo que uma das condições para a reprodução do capital radica, justamente, no exercício do controle sobre os futuros trabalhadores manuais – os menores, filhos da pobreza. (CAMPOS, 2001, p. 231)

A ideologia dominante presente no discurso do trabalho adolescente como uma ocupação que evitaria que estes sujeitos se percam nas ruas vítimas do consumo de drogas e por outros problemas aos quais se tornam expostos, também tem sido reforçadora da necessidade de inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, seja, no mercado formal, ou informal. Além disso, o trabalho do menor comumente coloca-se como fundamental para o orçamento de uma família trabalhadora, geralmente com muitos filhos menores, e muitas vezes, sem uma renda fixa.

O trabalho da criança e do adolescente tem se apresentado como um dos mais graves e controvertidos problemas da atualidade. Este tipo de trabalho não é novo, porém, nas duas últimas décadas é que tem sido colocado como um problema social, fazendo-se necessária a sua problematização. A controvérsia apontada se refere ao fato de, por um lado, os profissionais da saúde, educadores, psicólogos e outros especialistas, apontarem os danos potenciais que o trabalho precoce pode causar ao crescimento e ao desenvolvimento dos sujeitos, no que tange aos aspectos bio-psicossocial e ao atraso na escolarização devido à repetência e a evasão escolar. (Alessi e Navarro, 1996; OMS, 1987; Sampaio e Ruiz, 1996). Entretanto, por outro lado, a própria comunidade onde estão inseridos os jovens trabalhadores interpreta o trabalho precoce como positivo para a formação da personalidade e do caráter de crianças e de adolescentes. (Oliveira, 2000)

Muitos são aqueles que argumentam sobre os aspectos benéficos da entrada precoce na força de trabalho no sentido de contribuir para o crescimento como pessoa ou cidadão, assimilando sentimentos de boa autoestima e realização à sua personalidade. No entanto, o trabalho pode tornar-se uma atividade com conseqüências negativas para o adolescente quando não pode ser conciliado com outras atividades tão importantes para o adolescente como, por exemplo, o estudo, o lazer ou o próprio convívio em família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, promulgado em 1990, veio regulamentar os direitos e garantias assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição de 1988, dentre eles o direito ao trabalho. O ECA revogou todas as disposições legais contrárias a ele, inclusive os dispositivos da CLT que contrariavam seus princípios.

O ECA tem por princípio a formação integral da criança e adolescente, sendo assegurado o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Sendo assim, as jornadas de trabalho devem guiar-se por esses princípios. O direito à profissionalização não pode ser interpretado separadamente dos demais direitos. Assim, sua profissionalização deve assegurar-lhes tempo e condições para as outras atividades que também são de igual importância.

A articulação entre trabalho e adolescência se faz necessária porque neste período podem emergir ansiedades e preocupações em relação ao futuro. Geralmente, é na adolescência que começam a surgir os questionamentos a respeito da escolha profissional e dos projetos de vida do jovem, portanto, a inserção dos jovens aprendizes no mercado também corrobora para despertá-lo destas preocupações.

De acordo com Ramos (2002) os adolescentes trabalhadores, de modo geral, têm pouco controle sobre o ambiente de trabalho, e nem sempre vêem o emprego como algo positivo. Os benefícios do trabalho adolescente seriam: a oportunidade de interação fornecida pelo ambiente de trabalho, os benefícios materiais e a ajuda na transição escola- trabalho.

Na perspectiva de Abramo (1994), mesmo quando se realizam estudos sobre o trabalho adolescente, a atenção quase nunca é dirigida para a forma como os jovens experimentam essa atividade; ou seja, dificilmente são enfocadas as significações que as experiências de trabalho têm para os próprios jovens.

No contexto que tentamos abordar, o trabalho juvenil é considerado rotina, é entendido como ritual de passagem para a vida adulta, o adolescente se percebe adulto e importante, porque já produz, muitas vezes, tem autonomia financeira em relação a seus pais, algumas vezes mesmo, sendo a única fonte de renda formal da casa. Portanto, em vez de consumidor da renda familiar passa a ser provedor. Porém, essa adultização nem sempre é acompanhada por um processo de amadurecimento psicológico, o que, possivelmente, resultará em prejuízos afetivos e intelectuais a este jovem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partiu-se, neste trabalho, da premissa de que para a compreensão de uma dada realidade é necessário conhecer a maneira como os sujeitos sociais identificam, explicam e elaboram essa situação. No caso dos adolescentes essa realidade está em elaboração, ou seja, apesar de considerados como seres em desenvolvimento, já vivenciam realidades sociais bastante extremas, como o trabalho.

A inserção laboral na adolescência, geralmente, é acompanhada de impactos expressivos na vida destes indivíduos, porém, o ingresso no mercado de trabalho não altera de forma radical as condições de vida dos adolescentes e nem proporciona garantias futuras de mobilidade socioeconômica.

Como uma política pública o Programa Jovem Aprendiz, e suas consequências na vida dos jovens e suas famílias, deve ser avaliado pelos estudiosos, e pela sociedade civil, favorecendo ações baseadas nos princípios da transparência e da democracia.

Quando citamos o Programa Jovem Aprendiz sabemos vários quesitos elaborados se encaixam no trabalho educativo. Entretanto, não há uma lei que defina o que de fato seja o trabalho educativo e imponha limites a ele. Observamos, por exemplo, jovens universitários trabalhando em organizações sem ligação nenhuma com sua futura formação profissional, e acobertando um problema ainda mais amplo: a ausência de contratações efetivas pelas instituições. Neste tipo de inserção ao trabalho, não há mobilidade ou ascensão ocupacional, ou seja, o adolescente fará parte do mundo do trabalho, mas não retirará dele um aprendizado que lhe permita ascensão, atuando em atividades cujo ponto terminal, possivelmente, será o mesmo do início do trabalho.

Muitas vezes este trabalho distante do idealizado tem sido a realidade dos jovens aprendizes, pois, justificando-se no curto contrato de trabalho, e nas horas em que estes jovens permanecem nas organizações, as atividades destinadas a eles têm se baseado na repetição de tarefas de menor complexidade, e não necessariamente, produtoras de uma qualificação adequada ao mercado de trabalho.

Uma grande quantidade de adolescentes brasileiros se encontra trabalhando (no mercado formal, ou informal), os jovens de classes populares atuam a fim de garantir ou contribuir com o sustento de suas famílias, ou ainda, com a idéia de que por meio do trabalho, este jovem poderá alcançar sua independência financeira.

A questão dos efeitos do trabalho adolescente sobre o desenvolvimento é bastante complexa e multifacetada. O trabalho atua diretamente como um meio de construção de identidade, porém, não pode ser definido como algo bom, ou mal. Seu impacto positivo, ou negativo, será determinado pelas inúmeras variáveis atuando no contexto laboral (tipo de trabalho, quantidade de horas trabalhadas, supervisão ou não de um adulto) e as relações destas variáveis características sociais, econômicas, culturais e pessoais dos adolescentes.

Se o trabalho infanto-juvenil é motivado por problemas sócio- econômicos também é verdade que sua manutenção ainda interessa ao "mercado", uma vez que, esta atividade envolve gastos reduzidos e gera lucros por meio da diminuição das contratações efetivas. Portanto, faz-se necessária a avaliação contínua e a elaboração de trabalhos que explicitem esta relação adolescência versus trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W (1994). **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ALESSI, N. e NAVARRO, V.L. (1996). **O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde**. Trabalho apresentado na Oficina sobre Os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes, Brasília.

ARIÈS, P. (1978). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara.

BOSSA, N.A. (1999) O normal e o patológico na adolescência. In: Oliveira, V.B., Bossa, N.A. (Orgs). **Avaliação psicopedagógica do adolescente**. Petrópolis: Vozes, 1999. 209-285.

CÁRDENAS, C. J. (2000). **Adolecendo: Um estudo sobre a constituição da identidade do adolescente no âmbito da escola**. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós- Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF.

CAMPOS ET AL. (2001). Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 2001, 6 (2), 227-233.

DALBELLO- ARAUJO, M. Formação de recursos humanos para a área de saúde do trabalhador. Livro: **Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações**/organizadores Luiz Henrique Borges, Maria das Graças Barbosa Moulin, Maristela Dalbello Araújo- Vitória: EDUFES, 2001

FIORIN, J.L. **Linguagem e Ideologia**, 8 ed. – São Paulo- Ática: 2007

GALLATIN, J.E. (1978) **Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da Psicologia da Adolescência**. São Paulo: Harper & Row.

GROPPO, L.A. (2000) **Juventude- ensaios de sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL.

J. C. SARRIERA ET AL (2001). **Formação da identidade ocupacional em adolescentes**. *Estudos de Psicologia*, 2001, 6 (1), 27-32.

MAIORINO, F. T., NEVES, L. C. M. **Quem eu quero ser quando crescer: uma sistematização sobre o projeto de vida de jovens**. *Psicologia Revista, PUC/ SP*, 5 1997. 131-829.

MARTINS, P. O, & TRINDADE, Z. A. (2003). **O Ter e o Ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural**. *Psicologia Reflexão & Crítica*, 16 (3), 555-568.

Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz. – Brasília: MTE, SIT, SPPE, 2006. 48 p.

MENANDRO, M. C. S. e NOVO, H. A. (2000). **Olhares diversos: estudando o desenvolvimento humano**- Vitória- UFES (Orgs). Programa de Pós- Graduação em Psicologia: CAPES PROIN, 2000.

MENANDRO, M. C. S., TRINDADE, Z. A., & ALMEIDA, A. M. O. (2005). **Representações sociais da adolescência/ juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002)**. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 55 (1/2), 45-60.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Estatuto da criança e do adolescente: lei federal n. 8.069 de 13/07/1990**, Vitória, 1996.

MOULIN, M. G. B. (2001) **Trabalho, gênero e saúde: um desafio interdisciplinar**. In: NOVO, H. A., SOUZA, L. ANDRADE, A.N. (Orgs) *Ética, Cidadania e Participação: debates no campo da Psicologia*. Vitória: Edufes: CCHN Publicações, p 181-189.

MUUSS, R. E. (1976). **Teorias da adolescência**. Belo Horizonte: Interlivros.

NARDI, N. H. C. (1998). O *Ethos* masculino e o adoecimento relacionado ao trabalho. In L.F.D. Duarte & O.F. Leal (Orgs) **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 95: 104.

OBINO, F. (2000) **Cartilha Jovem Aprendiz**, Flavio Obino Advogados.

OLIVEIRA, D.C. (2000). **A Educação e o trabalho infantil nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal**. Relatório de Pesquisa apresentado a CAPES, São Paulo.

OLIVEIRA, M. A. C. & EGRY, E. Y. (1997). **A adolescência como um constructo social**. *Revista Brasileira do Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(2), 12-21.

RAMOS, F. (2002) **Inserção laboral: impactos na identidade e nas relações sociais de adolescentes carentes**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Espírito Santo, 2002.

SOUZA, L. (2005) **Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária**. Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento X Encontro Nacional PROCAD-Psicologia/CAPES Violência e Desenvolvimento Humano: Textos Completo.